

CRISE POLÍTICA E *IMPEACHMENT*: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA COBERTURA MIDIÁTICA NA DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF¹

Aiane de Oliveira VIEIRA*

RESUMO: O presente artigo propõe-se a desenvolver um estudo sobre os efeitos da cobertura midiática na deposição da ex-Presidenta Dilma Rousseff. A discussão teórica é baseada na abordagem culturalista da democracia que defende que a incrementação dos meios de comunicação corrobora a formação de cidadãos mais críticos e sofisticados politicamente. Parte-se da hipótese levantada por Norris (2011) que a cobertura negativa de eventos políticos influencia a descrença dos cidadãos acerca do governo, das instituições e do sistema democrático, aumentando assim o déficit democrático. Para provar esta hipótese este artigo utiliza pesquisas sobre o enquadramento do *impeachment* pela grande mídia brasileira, bem como pesquisas de opinião pública sobre o desempenho do governo de Dilma Rousseff. A partir da análise dos dados, conclui-se que a mídia brasileira não atuou imparcialmente e corroborou na criação de um clima de conformação da opinião pública quanto a deposição da ex-presidenta.

PALAVRAS-CHAVE: *Impeachment*. Dilma Rousseff. Enquadramento midiático. Déficit democrático. Crise política

POLITICAL CRISIS AND *IMPEACHMENT*: AN ANALYSIS OF THE EFFECTS OF MEDIATIC COVERAGE ON DILMA ROUSSEFF'S DEPOSITION

ABSTRACT: This article aims to develop a study about the effects of media coverage on former President Dilma Rousseff's deposition. The theoretical discussion is based on the cultural democratic approach, which defends that the increase of communication tools makes citizens politically more sophisticated and critical. It bases on Norris' hypotheses (2011) that negative news coverage about political events influences citizens discredit about the government, political institutions and democracy, increasing the democratic deficit. In order to prove this hypothesis, this study looks at previous researches about how the media framed Rousseff's impeachment as well as public opinion surveys about her government. The data analysis concluded that Brazilian media was biased, creating a conformation environment regarding the former president's deposition.

KEYWORDS: Impeachment. Dilma Rousseff. Media framing. Democratic deficit. Political crisis

* Mestre em Comunicação pelo *College of New Rochelle* (EUA). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: aianevieira@gmail.com

Introdução

No dia 31 de outubro de 2016 o Brasil assistiu à finalização do processo de *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Foi o segundo processo de deposição de um presidente da República que a jovem democracia brasileira experimentou em seus 30 anos de história. O Brasil é o único país no mundo que experienciou mais de um processo de *impeachment* e em tão curto espaço temporal.

Diferentemente do contexto em que o presidente Collor foi deposto em 1992, quando havia um apoio geral da classe política e da sociedade brasileira, desta vez o cenário foi caracterizado por dualidades e cisões políticas, culturais, sociais e geográficas entre o povo brasileiro e a elite política, conjuntura esta iniciada com as acirradas eleições presidenciais de 2014.

Os resultados eleitorais de 2014 polarizaram “perdedores” e “vencedores” e criaram um clima de terceiro turno, que prolongou-se até a votação final do *impeachment* que destituiu Dilma Rousseff em outubro de 2016. Para Anderson e Lotempio (2002, p. 335), “eleições produzem vencedores e perdedores e os eleitores preferem a vitória ao invés da derrota. Uma consequência natural dos resultados eleitorais, todavia, é que eles afetam o que as pessoas pensam a respeito do sistema político”. Dentro dessa perspectiva, o *status* de “perdedor” ou “vencedor” afeta a confiança do eleitor no governo. Aqueles que se consideram derrotados na eleição

tendem a demonstrar menor confiança no governo eleito, enquanto que os vitoriosos tendem a dar mais credibilidade. Consequentemente, os cidadãos que votaram para o partido/coalizão vencedor(a) apresentam mais atitudes positivas acerca do sistema político do que aqueles que votaram para o partido/coalizão derrotado(a). Em uma eleição muito polarizada e disputada, como foi a eleição de 2014, há uma tendência dos perdedores se articularem de forma contrária ao governo.

Por consequência, a polarização entre vencedores e perdedores promoveu a criação de grupos pró e contra a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Grupos estes que se espalharam, inicialmente, pelas redes sociais na Internet e, posteriormente tomaram as ruas das principais cidades do país, contribuindo assim para a criação de um clima de conformação da opinião pública acerca da aceitação do *impeachment*. Os movimentos sociais que se espalharam em todo o país contestando o governo de Dilma Rousseff e a atuação das elites políticas permitem evidenciar que a ação de tais grupos corroborou a descrença dos cidadãos acerca do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e da capacidade da ex-Presidenta Dilma Rousseff, o que criou um clima de conformação da opinião pública em direção à aceitação do *impeachment*, especialmente entre aqueles cidadãos que se inseriam no grupo dos “perdedores” da eleição.

A mídia, por sua vez, é, no contexto brasileiro, um influente intermediário entre a sociedade e o Estado. Pesquisas científicas no âmbito da comunicação política (RUBIM; COLLING, 2004; AZEVEDO 2006; ALBUQUERQUE, 1999) vêm, ao longo, das três últimas décadas, demonstrando que a mídia brasileira tem historicamente participado na eleição e deposição de presidentes em virtude da forma como agenda os diversos contextos políticos, de acordo com os interesses em jogo.

Com base nas premissas enunciadas, este artigo propõe-se a discutir o clima de conformação da opinião pública acerca da deposição da Presidenta Dilma Rousseff com base na abordagem teórica defendida por Norris (2011), a qual parte da hipótese de que o enquadramento de notícias políticas pela mídia e a constante publicação destas de forma negativa pode contribuir com a descrença do cidadão acerca do governo e do sistema democrático. Assim, discutir-se-á se o enquadramento de notícias negativas sobre o governo e a Presidenta Dilma Rousseff contribuiu com a desilusão do cidadão acerca do regime democrático, das instituições no Brasil e do governo, formando, desse modo, um clima de aceitação da deposição da Presidenta.

1 Metodologia

Em termos metodológicos, Norris (2011) utilizou uma análise transnacional de conteúdos

midiáticos e posteriormente relacionou-os com pesquisas de opinião pública por meio de *surveys*. Todavia, uma vez que o *impeachment* de Dilma Rousseff é um segundo recente da história política brasileira não há ainda dados suficientes para fazer uma análise robusta de efeitos de mídia.

Grande parte dos estudos de efeito de mídia no Brasil são desenvolvidos a partir da base de dados do Lapop, bem como por *surveys*, entrevistas em profundidade e grupos focais. Contudo, ainda não há dados disponíveis para esse tipo de análise. Assim, esta pesquisa propõe-se a desenvolver uma discussão sobre a relação entre o enquadramento midiático do *impeachment*, com base em pesquisas já feitas por outros pesquisadores, e relacioná-las com os resultados de pesquisas de opinião pública entre o início do segundo mandato de Dilma Rousseff e sua deposição em 31 de outubro de 2016.

Para cumprir o objetivo proposto, este texto está dividido em três partes. Primeiramente, debate-se o clima de terceiro turno instaurado a partir das eleições de 2014 até a votação final do processo de *impeachment* pelo Senado Federal em outubro de 2016. Em seguida, apresenta-se a discussão teórica que guia a pesquisa, discussão esta pautada na abordagem teórica culturalista da democracia. E, por fim, apresentam-se os resultados que compreendem uma discussão sobre a cobertura midiática do *impeachment* com base em

pesquisas científicas já desenvolvidas sobre o enquadramento do tema pela grande mídia e a apresentação de pesquisas de opinião sobre a aprovação popular do governo Dilma Rousseff. A partir da apresentação desses dados, discutem-se os efeitos da cobertura midiática na opinião pública quanto ao governo e ao sistema democrático no Brasil. Os achados são retomados na conclusão.

2 A conjuntura política e a deflagração do *impeachment*

A eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff, ainda em 2010, representou não apenas o desejo da população de continuidade das políticas que vinham sendo implementadas pelo ex-presidente Lula desde 2002, mas também a ascensão de uma mulher ao cargo mais importante do país. País este caracterizado historicamente pelo conservadorismo, pelo patriarcalismo e pelo sexismo (SALIBA; SANTIAGO, 2016).

Dilma Rousseff, entretanto, não encontrou em seu primeiro mandato (2011-2014) o mesmo cenário econômico favorável, que seu antecessor Lula se deparou. Seu primeiro governo foi marcado por diversas crises no plano econômico e também político. A crise econômica internacional produziu reflexos na economia brasileira, provocando a desaceleração do crescimento econômico vivenciado nos anos anteriores. Já no plano político, a ex-presidenta enfrentou escândalos de corrupção e dificuldades para

negociar com o Congresso Nacional e os partidos aliados. As diversas crises enfrentadas pela presidenta, ao longo de seu mandato, refletiram em seus índices de aprovação frente à opinião pública, indo do período lua-de-mel, no início do mandato, ao período de ressaca, com quedas nas pesquisas de popularidade ao longo dos quatro anos de seu governo (SAMPAIO; LAZARIN, 2015).

Apesar dos baixos índices de popularidade ao final do primeiro mandato, Dilma Rousseff foi indicada pelo PT como candidata à reeleição. A imagem da ex-presidenta e do partido estavam, naquele momento, desgastadas frente aos problemas de ordem econômica, aos escândalos de corrupção deflagrados ao longo das administrações de Lula e Dilma, bem como pelos diversos movimentos populares que ocorreram em todo o país durante a gestão de Dilma Rousseff, iniciados com as chamadas manifestações de junho de 2013.

A corrida eleitoral de 2014 foi guiada pelos índices de aprovação do primeiro mandato de Dilma Rousseff, pelos escândalos de corrupção, pelos problemas nas relações com os partidos aliados e pela crise econômica (AMARAL; RIBEIRO, 2015). A deflagração da Operação Lava Jato, em plena corrida eleitoral, ocupou os noticiários midiáticos e tornou-se capital político dos partidos de oposição, ferindo ainda mais a imagem da candidata Dilma Rousseff e do PT.

Apesar do conturbado cenário político em que se

desenvolveu o pleito eleitoral de 2014 e após uma acirrada disputa eleitoral, Dilma Rousseff conseguiu vencer as eleições com 51,64% dos votos e ser reeleita. Apesar das tentativas da oposição de criminalizar a chapa vencedora, a presidenta começou seu segundo mandato com grandes desafios pela frente, dentre eles: combater a corrupção; gerenciar a crise econômica; lidar com uma população dividida entre diferentes ideologias políticas; e trabalhar com um Congresso Nacional considerado o mais conservador desde a redemocratização.

As dificuldades de negociação com o Congresso, começaram já no início do mandato com a eleição de Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para a presidência da Câmara dos Deputados. Já em seu discurso de posse, o deputado ressaltou que trabalharia pela independência do Legislativo em relação ao Executivo. Em seguida, na tentativa de viabilizar as relações entre o Planalto e o Congresso Nacional, a Presidência da República transferiu para a Vice-presidência, sob a liderança de Michel Temer, a articulação política do governo. Em discurso, o então chefe da Casa Civil, Aloízio Mercadante, declarou à imprensa que frente a tantos desafios políticos que o país vivia, tal solução política ajudaria, naquele momento, “a harmonizar melhor as relações com o Congresso, entre os poderes e com a base”².

A crise política acirrava-se também em virtude dos

desdobramentos da Operação Lava Jato. Já no início de 2015, as denúncias na Petrobras ocasionaram a renúncia de Maria das Graças Foster, então presidente da estatal, e outros cinco diretores, além da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara Federal para investigar os desvios de dinheiro. Houve, ainda, a abertura de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar políticos envolvidos no esquema.

Além da crise política, o país enfrentava também forte crise econômica. Os reflexos da crise econômica mundial, iniciada em 2008, começavam a refletir no Brasil. O enfraquecimento da economia do país provocou altas taxas inflacionárias, déficit das contas públicas, baixo crescimento econômico, desequilíbrio da balança de pagamentos, elevação da dívida pública e das taxas de desemprego. O governo, como forma de controlar a crise econômica, lançou políticas econômicas que priorizaram o ajuste fiscal, o que conseqüentemente gerou forte insatisfação entre parcelas da população e até mesmo entre a classe empresarial (FERNANDES; CHAGAS, 2016).

Paralelamente à crise de governabilidade e à crise econômica, os grupos de crítica ao governo, com o apoio da oposição, ganhavam força e manifestações populares pedindo o afastamento da presidenta se espalhavam por todo o país. O emblemático protesto de 15 de março de 2015 levou às

ruas milhões de brasileiros e atos foram registrados em pelo menos 160 cidades brasileiras.

O já complicado cenário político e econômico que dificultava a governabilidade foi agravado com a análise das contas públicas do governo pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou irregularidades no repasse de dinheiro do governo para bancos públicos. A análise do TCU identificou que o governo, ao não fazer o repasse de dinheiro referente a programas sociais aos bancos, acabou tomando dinheiro emprestado, ferindo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal, que identifica tal estratégia como “pedalada fiscal”. Isso serviu de capital político da oposição e argumento jurídico para, mais tarde, protocolar o pedido de *impeachment* junto ao Congresso Nacional.

Por fim, a crise de governabilidade viria a ser agravada com o rompimento de Eduardo Cunha com o governo. Incriminado pela Operação Lava Jato, Cunha argumentou que o governo PT articulou sua criminalização com a Procuradoria Geral da República e, assim, declarou oposição ao governo petista.

Em outubro de 2015, os partidos de oposição apresentaram ao Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um pedido de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff redigido pelos juristas Helio Bicudo, Miguel Reale e Janaína Paschoal. Já havia um pedido anterior em tramitação na casa, no entanto, este novo pedido

embasava-se no argumento jurídico de que a presidenta havia cometido crime de responsabilidade contra a nação brasileira com base nas constatações do TCU. O pedido foi aceito por Eduardo Cunha, após o Conselho de Ética da Câmara ter decidido instaurar um processo contra o próprio deputado para investigar quebra de decoro parlamentar.

A ex-Presidenta Dilma Rousseff enfrentava ameaças de abertura de um processo de *impeachment* desde o início de seu segundo mandato, pedido este baseado em denúncias de financiamento ilegal de campanha, oriundos de esquemas de corrupção. Todavia, foi a partir da reprovação das contas públicas pelo TCU e a comprovação do crime de responsabilidade que o processo ganhou embasamento político e jurídico. Além disso, o pedido servia, naquele momento, aos interesses de Eduardo Cunha e seus aliados. A *ingovernabilidade* foi acirrada pelo envolvimento de líderes políticos da base governista na Lava Jato, que criaram uma verdadeira batalha entre o Executivo e o Legislativo (FERNANDES; CHAGAS, 2016). Para as autoras:

Liderados pelo ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB), então presidente da Câmara, e pelo senador Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado, congressistas passaram a impor uma série de derrotas nas votações das emendas do governo, transformando a abertura do *impeachment* em elemento de chantagem e barganha política (FERNANDES; CHAGAS, 2016, p. 43).

O cenário acima descrito mostra que os desdobramentos das investigações conduzidas pela Polícia Federal juntamente com o acirramento da crise econômica e a dificuldade da Presidenta em controlar a oposição, negociar com o Congresso Nacional e responder aos anseios da população transformaram seu segundo mandato em um cenário de *ingovernabilidade*. A capacidade de governar da presidenta tornou-se debate tanto político quanto jurídico e serviu de capital para alavancar movimentos a favor e contra sua deposição (WEBER et al., 2016). Tais movimentos tomaram conta não apenas das ruas, mas também da pauta midiática. Em suma:

O processo de impeachment teve início nas acirradas eleições de 2014 entre PT e PSDB que disputaram projetos políticos, índices de desenvolvimento e acusações de corrupção. Após a vitória de Dilma (51,64% dos votos), o candidato derrotado Aécio Neves (48,36%) liderou diferentes ações visando a criminalização da chapa vencedora. Finalmente, a Câmara Federal acolheu, em setembro³ de 2015, a acusação formal sobre o crime de responsabilidade fiscal (as “pedaladas fiscais”) associadas discursivamente a críticas sobre a paralisia econômica do País, à postura pessoal de Dilma e sua suposta ligação com o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato (WEBER et al., 2016, p. 99).

As fraquezas da presidenta Dilma giraram em torno de três eixos: político, gerencial e operacional, pois a presidenta não conseguiu dialogar com o Congresso, com a imprensa e com a opinião pública (NOGUEIRA, 2016). Para o pesquisador, “agindo

de modo tecno-burocrático, [Dilma Rousseff] isolou-se nos meandros da administração e contribuiu para que se abrisse um fosso entre ela e o sistema político, perdendo espaço para interagir democraticamente com a sociedade” (NOGUEIRA, 2016, p. 146). Dessa forma, o autor considera que uma vez que a presidenta não conseguiu se articular com o Congresso e estabelecer um diálogo com a opinião pública, cresceram os movimentos *pró-impeachment*.

3 Discussão teórica: a questão do déficit democrático

Discutir a forma como o tema *impeachment* foi enquadrado na pauta midiática é basilar para compreender os efeitos da mídia na formação da opinião pública brasileira acerca da deposição de Dilma Rousseff. Isso porque é por meio da cobertura midiática que o cidadão adquire orientação cognitiva, afetiva e avaliacional (ALMOND; VERBA, 1963) sobre os diversos temas que definem as relações sociais.

Em outras palavras, é por meio da informação recebida pelos veículos de comunicação que o indivíduo define sua orientação política, a qual, segundo Almond e Verba (1963) envolve: o conhecimento do indivíduo sobre o sistema político; a estrutura do sistema; o papel de cada ator e suas propostas políticas; a execução de propostas políticas; os indivíduos e as decisões envolvidas nesse processo; como este cidadão se vê como membro desse sistema e seu conhecimento sobre seus direitos e

deveres. Por fim, a orientação política é definida a partir dos sentimentos, opiniões e julgamentos que o cidadão faz ao adquirir conhecimento de toda essa dinâmica.

A expansão dos meios de comunicação, a partir da década de 1980, promoveram o desenvolvimento de diversos estudos sobre opinião pública e os efeitos da mídia nas democracias contemporâneas. As pesquisas desenvolvidas nesse campo são analisadas dentro da abordagem democrática de cultura política, a qual sob a influência da abordagem psicocultural, busca analisar as orientações políticas e atitudes do indivíduo em relação ao sistema político, bem como seu papel dentro do sistema político (ALMOND; VERBA, 1963).

De acordo com essa abordagem teórica, o indivíduo, como ator do sistema político, precisa ter o mínimo de habilidade política, pois a democracia só pode funcionar se o público tiver um alto grau de informação e sofisticação política (DALTON, 2008). Para este autor, a expansão dos meios de comunicação, especialmente da televisão, promoveu o que ele chama de “mobilização cognitiva”.

Segundo o autor, a facilidade de acesso à informação permite que o cidadão adquira informações políticas, e, ao mesmo tempo, oferece-lhe a habilidade de processar essa informação, o que conseqüentemente contribui para o aumento do seu nível de sofisticação política. Uma vez informados, os cidadãos fazem escolhas, as quais representam os

fundamentos da democracia. A cultura política, assim, é vista como um elo entre o indivíduo, suas atitudes políticas e motivações e o sistema político como um todo (ALMOND; VERBA, 1963).

A disponibilidade de informação e o aumento da sofisticação política (DALTON; 2008), todavia, contribuíram com a formação de cidadãos mais críticos e até mesmo mais insatisfeitos (NORRIS, 1999) com as atitudes dos governos, da elite política e o do regime democrático como um todo. Observa-se, então, uma crise do sistema representativo causada, principalmente, pelo mal-estar cívico oriundo da queda da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas (NORRIS, 1999).

A abordagem culturalista da democracia observa que esta crise de representação é fruto do crescimento das demandas acerca dos governos democráticos e da estagnação da capacidade do Estado em atender a essas demandas, causadas por três fatores: tendências culturais, mudanças contextuais e ameaças intrínsecas (PUTMAN, 1994).

A questão do déficit democrático, na visão de Norris (2011), está associada à forma como os cidadãos avaliam os governos, a qual pode-se dar de três formas: pelo desempenho processual, ou seja, pela forma como o governo respeita liberdades fundamentais e direitos humanos; pelo desempenho político em questões ligadas à economia, serviços públicos, gerenciamento da diversidade, imigração, proteção ao

meio ambiente, política externa e segurança; e de acordo com o papel das instituições, que, por sua vez, são guiadas pelos arranjos constitucionais de cada Estado. A forma como os cidadãos avaliam o governo a partir desses pontos são condicionantes para que apoiem a democracia (NORRIS, 2011).

Quanto ao papel dos meios de comunicação, duas teorias guiaram os estudos sobre efeito de mídia e opinião pública desenvolvidos a partir da década de 1980: a teoria da vídeo-*malaise* e as teorias de mobilização. A primeira enfatiza os efeitos negativos das mídias de massa no processo democrático. Para tais teóricos, a forma como a mídia enquadra temas políticos é enviesada e muitas vezes errônea, provocando assim o mal-estar cívico. Enquanto que a segunda defende que a mídia de massa tem um efeito positivo, pois pode promover atitudes democráticas e participação civil (NORRIS, 2000b).

Os diversos estudos sobre opinião pública e efeitos de mídia guiados pela luz dessas duas teorias levaram à conclusão de que os meios de comunicação, especialmente a televisão, como intermediários entre a sociedade e o Estado, corroboram o mal-estar cívico (NORRIS, 2000b) e até mesmo produzem efeitos deletérios sobre o capital social (PUTMAN, 1995).

Em suma, três variáveis são capazes de explicar o déficit democrático: o aumento das expectativas acerca do sistema democrático, o consumo midiático, especialmente notícias de cunho

negativo, e a baixa performance das elites políticas. Como consequência, o déficit democrático impacta no ativismo político, no comportamento político e social e no processo de democratização (NORRIS, 2011).

Este trabalho, todavia, foca em apenas uma dessas variáveis explicativas: a cobertura midiática. A teoria proposta por Norris (2011) considera as vertentes explicativas dos efeitos de mídia propostos pela teoria da vídeo *malaise* e das teorias de mobilização e propõe uma abordagem alternativa baseada na teoria do círculo vicioso (NORRIS, 2000a). A teoria do círculo vicioso parte da hipótese de que, ao ter interesse e conhecimento em questões políticas, o cidadão tenderá a usar atalhos informacionais para se informar, aumentando assim seu conhecimento, o que, conseqüentemente, contribuirá para o seu engajamento cívico e ativismo político.

Com base nessa premissa, Norris (2011) sugere que, ao invés de apenas culpar a cobertura midiática, é necessário também compreender as falhas do sistema e confrontá-lo. A autora, entretanto, apesar de defender uma abordagem de análise menos negativa dos efeitos midiáticos acaba por concluir que o enquadramento de notícias negativas e a publicação excessiva destas contribui com a desilusão do cidadão acerca da democracia e, dessa forma, contribuem para o aumento do déficit democrático. Nas palavras da autora:

According to scandal theory, extensive news coverage of these events is capable of tarnishing the reputation of the legislative, executive or judicial branches of government, thereby generating a sudden spike in public dissatisfaction with democracy, a sharp fall of public confidence in parties or government, or a rising tide of disenchantment with politicians in the opinion polls (NORRIS, 2011, s/n).

Entende-se assim que os meios de comunicação são “organizações capazes de influenciar o público de forma direta, ainda que sujeitos a nuances de recepção individual e contextual” (MELO, 2016, p. 37). Aplicando essa discussão teórica ao caso brasileiro, a próxima sessão apresenta os dados de pesquisa abordando, primeiramente, a cobertura midiática do *impeachment* e, em seguida, relacionando-a com os índices de aprovação do governo e da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

4 Resultados: a cobertura midiática e a formação da opinião pública brasileira acerca do *impeachment*

A mídia, como fonte de capital político (MIGUEL, 2003), teve papel de destaque na deposição da presidenta Dilma Rousseff. O processo de destituição de um presidente da República é um tema de interesse nacional, que precisa ser discutido pela sociedade (WEBER et al., 2016). A imprensa, como responsável por supervisionar as atividades políticas e denunciar comportamentos considerados ilegais e abusivos (AZEVEDO, 2010), torna-se também

responsável pela formação da opinião pública (WEBER et al., 2016). As autoras ponderam que “a imprensa registr[ou] a disputa de autoridade e legitimidade entre os poderes estatais, manifestações de rua, a luta contra a corrupção e os conceitos e procedimentos políticos e jurídicos sobre o *impeachment*” (WEBER et al., 2016, p. 98).

A mídia, ao reportar notícias acerca do governo e dos diversos temas que cercaram o *impeachment*, adotou enquadramentos positivos e negativos sobre os diversos temas, fatos e atores envolvidos no processo e, conseqüentemente, construiu características positivas ou negativas sobre os mesmos (AZEVEDO, 2004), visto que:

In choosing and displaying news, editors, newsroom staff, and broadcasters play an important part in shaping political reality. Readers learn not only about a given issue, but also how much importance to attach to that issue from the amount of information in a news story and its position. In reflecting what candidates are saying during a campaign, the mass media may well determine the important issues – that is, the media may set the “agenda” of the campaign (MCCOMBS; SHAW, 1972, p. 176).

Isso não significa que a mídia diz ao público “como” pensar. Todavia, ela tem o poder de induzir aquilo que “deveriam” pensar (COHEN, 1963). Dessa forma, ao selecionar aspectos da realidade e enquadrá-los em um texto comunicativo, os meios de comunicação promovem definições, interpretações e avaliações e transmitem ao receptor uma espécie de “recomendação” de como tratar aquele determinado tema

(ENTMAN, 1994, apud PORTO, 2004, p. 294).

A pesquisa de Weber et al. (2016) sobre o enquadramento do tema *impeachment* observou 12 capas dos principais jornais de circulação no Brasil: *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* e concluíram que a cobertura dos jornais “desqualific[ou] a política, minimiz[ou] questões de interesse público vinculadas ao *impeachment*, naturaliz[ou] o conflito e superficializ[ou] as informações” (WEBER et al., 2016, p. 112). Elas evidenciaram ainda que a cobertura reduziu as implicações que o *impeachment* poderia trazer e que as manifestações personificaram os problemas do país na imagem da ex-Presidenta Dilma Rousseff e de seu partido.

A cobertura das manifestações, ao mesmo tempo que denegriu a imagem dos atores políticos envolvidos no processo, enalteceu figuras que apresentavam uma espécie de “solução moral” para o problema da corrupção, tais como o poder judiciário e o juiz federal Sérgio Moro e até mesmo o então vice-presidente Michel Temer. Temer foi enquadrado como uma figura competente e capaz de colocar o país de volta nos trilhos (WEBER et al., 2016), como uma “solução para a crise gerada pelo pedido de *impeachment*” (FERRACIOLLI; ANTONELLI, 2016, p. 11).

Para Weber et al. (2016), a cobertura midiática analisada não foi capaz de traduzir a complexidade do problema, além de promover o acirramento das cisões

políticas já existentes na sociedade brasileira e, conseqüentemente, não conseguiu promover, ou pelo menos corroborar, o debate público. Nas palavras das pesquisadoras, “a síntese dos fatos oferecidos pelos jornais de referência suger[iu] distância da perspectiva normativa do debate público, na medida em que suger[iu] apenas um tipo de posicionamento e argumentação” (WEBER et al., 2016, p. 113).

Os achados de Ferracioli e Antonelli (2016), que também observaram o enquadramento do *impeachment* no jornal *Folha de São Paulo*, adicionalmente, evidenciaram o enquadramento do *impeachment* como uma disputa entre esquerda e direita, Dilma e Temer, PT e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Os pesquisadores identificaram também a presença do enquadramento moralidade como forma de punição à corrupção e às irregularidades no governo.

Em contrapartida à análise de enquadramento de veículos de comunicação considerados de “direita”, Gutemberg e Leal (2015) analisaram as manifestações de 15 de março de 2015 em quatro veículos de comunicação: os *sites* do G1, *Pragmatismo Político*, da revista *Carta Capital* e também da *Folha de São Paulo*. Os pesquisadores observaram que os veículos considerados de “direita”, *Folha de São Paulo* e G1 (ligado à Rede Globo), posicionaram-se favoravelmente às manifestações, enquanto que o *Pragmatismo Político* e a revista *Carta Capital* se contrapuseram às manifestações

em defesa da deposição da ex-presidenta.

Já o trabalho desenvolvido por Fernandes e Chagas (2016) analisou o enquadramento do tema *impeachment* pelo mais popular noticiário da televisão brasileira, o *Jornal Nacional*. A pesquisa observou dezoito matérias publicadas nas edições do noticiário televisivo entre os dias 11 e 16 de abril de 2016, semana anterior à votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Partindo da hipótese de que o *Jornal Nacional* editou os eventos acontecidos na Câmara dos Deputados com o objetivo de enquadrar uma batalha para conquistar a Presidência da República, a análise concluiu que “a cobertura da votação do *impeachment* [...] foi construída pelo *Jornal Nacional* a partir do embate entre o governo e a oposição, tendo o conflito como elemento estruturante das narrativas” (FERNANDES; CHAGAS, 2016, p. 54).

A análise de enquadramento desenvolvida por Pozobon e David (2017), por sua vez, observou duas revistas semanais de grande circulação no país, mas com ideologias políticas distintas: A revista *Veja* e a revista *Carta Capital*. As pesquisadoras também optaram por trabalhar com o enquadramento da votação do *impeachment* na Câmara Federal em abril de 2016, analisando as edições das duas revistas que sucederam a votação. Elas concluíram que *Veja* trabalhou com a perspectiva de confirmação do *impeachment* e

evidenciou um perfil negativo de Dilma Rousseff, enquanto que *Carta Capital* articulou-se contrariamente ao *impeachment* e ressaltou a vulnerabilidade da ex-presidenta.

As autoras observaram ainda outros atores políticos: o ex-presidente Lula, o PT, Michel Temer, Eduardo Cunha e o próprio tema *impeachment*. *Carta Capital* apontou o ex-presidente Lula como um articulador dentro do processo de *impeachment*, enquanto que *Veja* ressaltou o perfil negativo de Lula. Quanto ao PT, ambas revistas enfatizaram a tentativa de rearticulação do partido, porém a revista *Veja* elucidou sua vulnerabilidade e a revista *Carta Capital* focou no esforço do partido na articulação do *impeachment*. Michel Temer e Eduardo Cunha, por sua vez, foram vistos pelas duas revistas como figuras negativas e impopulares. O processo de *impeachment*, como um todo, foi enquadrado pela revista *Veja* como algo que se confirmaria na votação do Senado. Já a revista *Carta Capital* enfatizou a articulação política em torno da derrocada da presidenta e o papel desempenhado pela mídia na formação da opinião pública. Em um balanço geral, as pesquisadoras observaram que:

[...] as revistas convergem quando falam sobre os atores políticos Michel Temer e Eduardo Cunha, contudo, alguns pontos são divergentes. *Carta Capital*, por exemplo, refere-se ao processo de *impeachment* como golpe e expõe a vulnerabilidade de Dilma Rousseff, enquanto *Veja* decreta a confirmação do processo expondo um perfil negativo de Rousseff (POZOBON; DAVID, 2017, p. 22).

Por fim, pesquisas mostram que a mídia também usou de elementos sexistas e misóginos no enquadramento do *impeachment*. Para Saliba e Santiago (2016), “os meios de comunicação não pouparam ofensas machistas e de teor sexual em relação à presidenta durante o processo de *impeachment*. Utilizou-se, assim, de uma violência de gênero para contribuir com a retirada de Dilma do poder” (SALIBA; SANTIAGO, 2016, p. 100).

A forma como o tema foi enquadrado na pauta midiática utilizou-se da influência negativa de estereótipos sexistas como estratégia para influenciar a formação da opinião pública a favor da deposição da presidenta. A presidenta foi ridicularizada, e seu corpo, juntamente com suas ações, tornaram-se motivos para deboche. Dessa forma, tornava-se a aversão às mulheres e suas capacidades, configurada na imagem da presidenta, um instrumento de propaganda *pró-impeachment*.

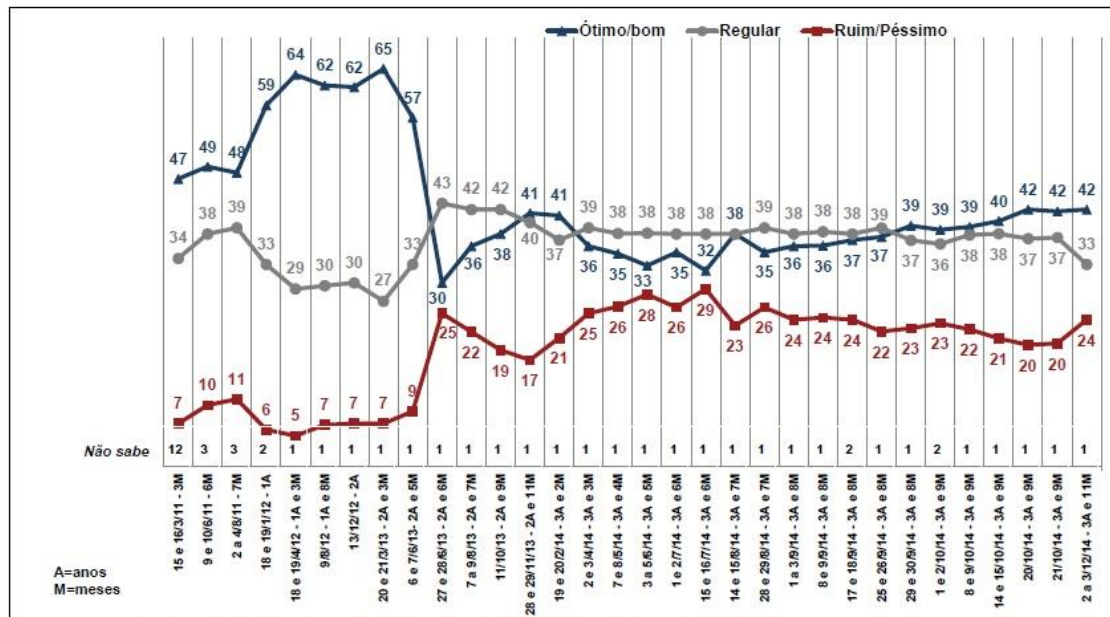
A análise de enquadramento desenvolvida por Cardoso e Souza (2016) corroboram essa visão. Os pesquisadores analisaram a matéria “*Uma Presidente fora de si: Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais*

para conduzir o país” publicada pela revista *Isto é* em abril de 2016. A pesquisa mostrou que a revista fez uso de expressões pejorativas quanto ao estado emocional da presidenta como forma de convencer o leitor das razões pelas quais ela era incapaz de governar o país. Nas palavras dos autores:

A caracterização da Revista ISTOÉ teve como principal horizonte a exposição ampla da figura da presidente como um exemplar da “espécie” mulher. Todos os estereótipos patriarcais e machistas, apoiados na ideia de que as mulheres são incapazes de dar conta de funções masculinas se reproduziram sem travas (CARDOSO; SOUSA, 2016, p. 63).

Até aqui foram apresentados os resultados de algumas das diversas pesquisas desenvolvidas no último ano sobre a forma como a imprensa brasileira enquadrou o tema *impeachment* em sua agenda. Um estudo sobre efeitos de mídia, todavia, precisa observar não apenas a forma como a agenda da mídia se constituiu, mas também como o público utilizou-se de tais atalhos informacionais para definir suas orientações políticas. Nesse sentido, é importante agora observar o impacto da cobertura midiática na opinião pública brasileira acerca do governo, da ex-Presidenta e das instituições democráticas no Brasil.

Gráfico 1: Avaliação do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014)
 Evolução da avaliação do governo de Dilma Rousseff
 (estimulada e única, em %)



Fonte: Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
 Base: Total da amostra - Brasil

Fonte: Datafolha (dezembro/2014).

O gráfico 1 mostra a avaliação do governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff ao longo de seu primeiro mandato. A presidenta alcançou o índice mais alto de aprovação em março de 2013 com 65% de aprovação popular, enquanto que o pico mais baixo foi durante as manifestações de junho de 2013, período que deteve apenas 30% de aprovação popular. Ao final de seu primeiro governo, em dezembro de 2014, a pesquisa do Datafolha registrou que 42% dos brasileiros consideravam o governo de Dilma Rousseff como bom ou ótimo, enquanto que o índice de rejeição foi de 24%. A pesquisa avaliou também as expectativas populares quanto à reeleição de Dilma Rousseff e o seu segundo governo, bem como as perspectivas do

brasileiro quanto ao regime democrático.

No que tange às expectativas populares quanto ao segundo governo da ex-Presidenta, naquele momento, 50% dos brasileiros acreditavam que ela poderia fazer um governo ótimo ou bom, 26% consideravam que seria regular e 21% disseram que seria péssimo ou ruim. No que se refere ao regime democrático, a pesquisa registrou que 66% dos entrevistados defenderam que a democracia é a melhor forma de governo. Este foi o maior índice de aprovação registrado pelo Datafolha desde 1989. Por outro lado, 15% dos entrevistados afirmaram não se importar se o regime é democrático ou ditatorial, 12% afirmaram que em certas circunstâncias a ditadura pode ser

melhor do que a democracia e 7% preferiram não opinar.

A pesquisa observou ainda a adesão à democracia com base em critérios educacionais e registrou que o apoio ao regime democrático é ainda menor entre aqueles indivíduos menos escolarizados. Entre os entrevistados que estudaram até o ensino fundamental, 57% defenderam o regime democrático, 19% afirmaram que tanto faz viverem em uma democracia ou em uma ditadura e 13% não opinaram. Entre os grupos mais escolarizados, em contrapartida, observou-se que 80% dos entrevistados defenderam o regime democrático como melhor forma de governo.

Os dados da pesquisa Datafolha corroboram os dados do Latino Barômetro (2015), que demonstram forte declínio nas instituições políticas no Brasil. De acordo com os dados da pesquisa, o brasileiro não confia nas instituições políticas do país. Dentre elas, os partidos políticos são os que têm os maiores índices de rejeição, seguidos do Congresso e do governo. A televisão, por outro lado, tem um dos maiores índices de confiança.

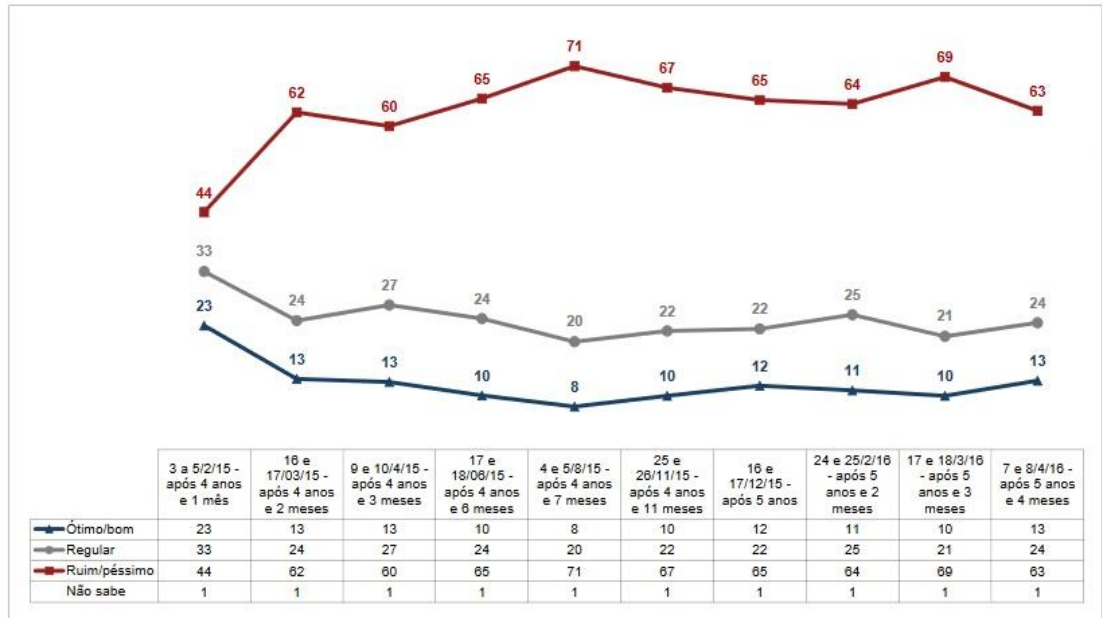
Em relação aos atalhos informacionais, a pesquisa Datafolha revelou que 84% da população brasileira estava,

naquele momento, ciente do escândalo de corrupção na Petrobrás. Destes, 28% se consideravam bem informados sobre o assunto, 42% mais ou menos informados e 14% se consideravam mal informados. Ainda no que se refere ao caso Petrobrás, 85% dos brasileiros representados na amostra acreditavam que o esquema de corrupção envolvendo a estatal petrolífera beneficiou empresários, funcionários públicos e partidos políticos e 68% acreditava que a ex-Presidenta Dilma Rousseff tinha alguma responsabilidade no caso.

Conforme evidenciado anteriormente, a corrida eleitoral de 2014 foi marcada por alta polarização entre as duas principais forças na disputa e os escândalos de corrupção na Petrobras tornaram-se capital político dos partidos de oposição ao longo de toda a campanha. A cobertura midiática em torno das investigações da Operação Lava Jato, juntamente com o acirramento da crise econômica, política e institucional, também evidenciados acima, refletiram diretamente na opinião pública acerca da ex-presidenta Dilma Rousseff e de seu governo. Os dados das pesquisas de opinião do Datafolha atestam essa premissa.

Gráfico 2: Avaliação do segundo governo de Dilma Rousseff (jan./2015 – maio/2016)

Evolução da avaliação do governo de Dilma Rousseff – 2º mandato (estimulada e única, em %)



Fonte: Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

Fonte: Datafolha (abril/2016).

O gráfico 2 mostra o aumento no índice de rejeição da ex-presidenta Dilma Rousseff desde o início de seu segundo mandato, em janeiro de 2015, até seu afastamento em maio de 2016⁴. Os relatórios do Datafolha ao longo desse período apresentam observações interessantes que merecem ser ressaltadas.

O relatório de fevereiro/2015, início do segundo governo, mostrou que os piores índices de aprovação da ex-presidenta estavam entre jovens de 16 a 24 anos de idade, entre a parcela mais escolarizada da população (pessoas que terminaram o ensino médio e/ou tinham curso superior), pessoas com maior renda (de 5 a 10 salários mínimos), residentes da região Sudeste e de cidades médias e

grandes (acima de 500 mil habitantes). Este mesmo relatório mostrou que os entrevistados acreditavam que a presidenta mentiu durante a campanha à reeleição. A pesquisa também evidenciou que a população começava a indicar a corrupção como o principal problema do país, tanto que 52% dos entrevistados acreditavam que Dilma Rousseff sabia do esquema de corrupção na Petrobras e permitiu que o mesmo ocorresse. Por fim, este relatório também deu sinais de que fatores econômicos respaldavam o pessimismo do brasileiro quanto à aprovação do governo.

Posteriormente, o relatório do mês de abril/2015 mostrou estatisticamente o desejo de afastamento da ex-presidenta traduzido nas manifestações

populares que se espalharam pelo país naquele momento. Os entrevistados afirmaram apoiar o afastamento da então presidenta, especialmente em virtude dos desdobramentos da Operação Lava Jato. O relatório mostrou que 75% dos entrevistados aprovavam as manifestações pró-*impeachment*, o que representava três em cada quatro brasileiros; 57% acreditava que Dilma Rousseff sabia do esquema de corrupção; 26% acreditava que ela soubesse, mas não poderia evitar; apenas 12% confiavam no não envolvimento da ex-presidenta; e 4% preferiram não responder.

Os relatórios do segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016 registraram recordes de rejeição, oscilando entre 65% e 71%, além de um significativo número de entrevistados defenderem a abertura do processo de *impeachment* contra a ex-presidenta (acima de 60%) e até mesmo sua renúncia e de seu vice (62%). A última pesquisa desenvolvida pelo Datafolha antes do afastamento de Dilma Rousseff (abril/2016) mostrou que 63% da população rejeitava seu governo; 60% defendiam sua renúncia juntamente com seu vice Michel Temer; e 64% da população aprovava o trabalho da Polícia Federal e do Juiz Sérgio Moro.

Os dados apresentados apontam para o cenário que Meneguello (2007) denomina de “adesão normativa à democracia”. Se por um lado, há uma adesão à democracia, por outro há uma queda acentuada na confiança em

instituições das quais a democracia não pode prescindir, afetando assim a promoção da qualidade e a resiliência do sistema democrático. Os dados comprovam, ainda, a hipótese de pesquisa, com base na metodologia desenvolvida por Norris (2011). Eles evidenciam que a atual conjuntura política do país coloca em xeque o suporte ao sistema político, às instituições e a satisfação com a democracia, corroborando assim o aumento do déficit democrático.

Os estudos sobre o enquadramento do *impeachment* na pauta midiática aqui descritos juntamente com a análise das pesquisas de opinião pública, reafirmam a hipótese de que a imprensa corroborou a construção e desconstrução de verdades em torno do tema, influenciou a formação da opinião pública e mobilizou a população a lutar a favor ou contra a deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Em outras palavras, a tentativa de se desenvolver um estudo de efeitos de mídia, aqui desenvolvido, evidencia a relação entre a exposição do discurso midiático e a formação das preferências do público (ZALLER, 1992), construídas a partir do acesso a heurísticas e/ou atalhos informacionais por meio do consumo midiático. Ademais, ressalta a premissa de que o enquadramento de notícias negativas pela mídia e publicação excessiva destas contribuiu com a desilusão do cidadão brasileiro acerca do governo, da ex-Presidenta Dilma Rousseff, das instituições e do sistema democrático.

Considerações Finais

O presente artigo propôs-se a fazer uma análise dos efeitos da cobertura midiática na formação da opinião pública brasileira acerca do processo de deposição da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Com base na abordagem metodológica proposta por Norris (2011), observou-se se o enquadramento de notícias em relação à temática do *impeachment* afetou negativamente a visão do brasileiro em relação ao governo, às instituições e ao sistema democrático como um todo, corroborando assim o aumento do déficit democrático.

A discussão sobre o enquadramento midiático provou aquilo que a literatura vem evidenciando ao longo das últimas décadas de que a mídia, no Brasil, atua como intermediário entre a sociedade e o Estado e é responsável não apenas pela eleição de governantes, mas também pela deposição dos mesmos (RUBIM; COLLING, 2004; AZEVEDO, 2006; ALBUQUERQUE, 1999).

As pesquisas sobre enquadramento midiático aqui apresentadas mostraram que a grande mídia brasileira atuou de forma enviesada na cobertura do *impeachment* e fez uso até mesmo de elementos sexistas e misóginos em torno da figura da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Observou-se a tentativa, especialmente pelos veículos de comunicação considerados de “direita”, de culpabilização da ex-presidenta e seu partido pelos

problemas de ordem econômica, social e política que o país vivencia(va). Nesse aspecto, o tema foi enquadrado como um embate entre as principais forças no cenário político brasileiro. Observou-se também que a mídia, como fonte de informação, adotou um caráter reducionista do tema, pois não apresentou as reais consequências que um processo de *impeachment* poderia trazer para a nação brasileira. Em outras palavras, a imprensa não conseguiu, ou nem mesmo tentou promover o debate público sobre o tema. Em suma, a forma como a mídia enquadrou o *impeachment* mostra a tentativa de criar um clima de conformação da opinião pública brasileira em torno da aceitação da deposição de Dilma Rousseff.

Tal premissa foi evidenciada pelas pesquisas de opinião pública realizadas pelo Instituto Datafolha. Os dados aqui apresentados mostraram que as acirradas eleições presidenciais de 2014 dividiram a população brasileira, colocando em lados opostos “vencedores” e “perdedores” (ANDERSON; LOTIEMPO, 2002). A popularidade da presidenta, nesse cenário, registrou constantes quedas desde o início de seu segundo mandato. Apesar das pesquisas feitas ao final de 2014 mostrarem que 50% da população brasileira acreditava que Dilma Rousseff poderia fazer um ótimo ou bom segundo governo, tais expectativas se reduziram ao longo dos primeiros meses do seu novo mandato. A ex-presidenta chegou

em 2016 com índices de rejeição na casa dos 70%.

As pesquisas do Datafolha mostraram também a descrença do cidadão brasileiro em torno das instituições e do sistema democrático. Apesar da maioria dos entrevistados afirmarem que a democracia seja o melhor regime de governo, especialmente aqueles mais escolarizados, registraram-se importantes percentuais de brasileiros que defendem a ditadura militar e/ou que não se interessam pelo tipo de regime político.

A discussão sobre enquadramento midiático e análise de pesquisas de opinião pública sobre a performance do governo, permitem concluir a hipótese levantada por Norris (2011) de que o enquadramento de notícias políticas de forma negativa pode contribuir com a descrença do cidadão acerca do governo, das instituições e da democracia. Estes achados atestam também a hipótese levantada pelos defensores da abordagem culturalista da democracia (NORRIS, 2011; DALTON, 2008; ALMOND; VERBA, 1963; PUTMAN, 1994) de que a grande disponibilidade de informação, proporcionada pela ascensão dos meios de comunicação, cria cidadãos mais informados e, conseqüentemente, mais sofisticados e críticos politicamente. O cidadão crítico, por sua vez, tende a contestar as atitudes dos governantes e tornam-se assim mais insatisfeitos com as elites políticas.

Os achados deste artigo sobre os efeitos da cobertura midiática no *impeachment* de Dilma Rousseff podem corroborar pesquisas futuras no campo multidisciplinar da comunicação política. Todavia, para uma futura agenda de pesquisa, faz-se necessário utilizar dados mais robustos por meio de *surveys* e grupos focais, tais como aqueles oferecidos pelo Latino Barômetro ou do Barômetro das Américas (LAPOP). Futuras pesquisas deveriam também dar mais atenção não apenas à grande mídia, mas também às redes sociais e às relações interpessoais como fontes de informação política, uma vez que o cidadão define suas atitudes e opiniões políticas por meio de informações adquiridas não apenas pelo consumo midiático, mas também pela comunicação interpessoal (VREESE; BOOMGAARDEN, 2006) e pelas redes sociais na Internet.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na tevê: A propaganda política na televisão*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princenton: Princentou University Press, 1963.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória

do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n° 56, p. 107-123, dez. 2015.

ANDERSON, Christopher; LOTEMPIO, Andrew. Winning, losing and political trust in America. *British Journal of Political Science*, v. 32, 2002.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In: ALBINO, Antônio; RUBIM, Canelas (Orgs.). *Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens*. Editora da UFBA e Fundação Editora Unesp: 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n° 1, p. 88-113abr/maio, 2006.

AZEVEDO, Fernando. Corrupção, Mídia e Escândalos Midiáticos no Brasil. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n. 3, p. 14-19, mar. 2010.

CARDOSO, Yasmim R. G.; SOUZA, Rafael B. R. Dilma, uma “presidente fora de si”: o *impeachment* como um processo patriarcal, sexista e midiático. *Revista Pauta Geral Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, vol.3, n. 2, p.45 - 65, jul./dez. 2016.

COHEN, Bernard C. *The press and foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

DALTON, Russell J. *Citizens Politics*. Washington, DC: Congregtional Quartely Press, 2008.

FERNANDES, Carla M.; CHAGAS, Genira C. A dramaticidade na narrativa do impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Jornal Nacional. *Revista Cultura Midiática*, Ano IX, n. 17 – jul./dez. 2016.

FERRACIOLLI, Paulo; ANTONELLI, Diego. *A história se repete: análise da cobertura jornalística dos impeachments de Collor e Dilma*. Trabalho apresentado no 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia, Alcar Sul, junho/2016 (GT de História do Jornalismo).

GUTEMBERG, Alisson; LEAL, Zulenilton S. O jogo político na arena midiática: uma análise do enquadramento noticioso na cobertura das manifestações de março de 2015. *Revista Temática*, Ano XI, n. 05 - maio/2015.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, p. 176-185, 1972.

MELO, Uirá de. *Efeitos de mídia e adesão à democracia no Brasil após os protestos de 2013*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MENEGUELLO, Rachel. *Trust in government and democratic adherence in Brazil: 2002-2006*. Trabalho apresentado no seminário Democracy and Distrust of Public Institutions in Brazil in comparative perspective. Center

for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.

MIGUEL, Luís F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política* [online], n. 20, p.115-134, 2003.

NOGUEIRA, Marco A. Sobre golpes, autogolpes e contragolpes: dilemas de uma democracia em Turbulência. *Revista Ponto e Vírgula*, PUC-SP, n. 19, p. 140-158, primeiro semestre de 2016. UC SP - No. 19 - Primeiro Semestre de 2016

NORRIS, Pippa. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. *A virtuous circle? political communications in postindustrial societies*. New York: Cambridge University Press, 2000a.

NORRIS, Pippa. Blaming the Messenger? Political Communications and Turnout in EU Elections. In: *Citizen Participation in European Politics*. Stockholm: 2000b, p.99-117.

NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e da Política. In: ALBINO, Antônio; RUBIM, Canelas (Orgs.). *Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens*. Editora da UFBA e Fundação Editora Unesp: 2004.

POZOBON, Rejane de O.; DAVID, Carolina S. *Impeachment de Dilma Rousseff: análise das estratégias argumentativas de Veja e Carta Capital após a votação na Câmara do Deputados*. *Revista Intexto*, Porto Alegre, UFRGS. Online First. 2017.

PUTMAN, Robert. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

PUTMAN, Robert. Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community. *Journal of Democracy*, v. 6, n.1, p. 65-68. Maryland: John Hopkins University Press, 1995.

RUBIM, Antônio. A. C; COLLING, Leandro. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós ditadura. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 169-189, 2004.

SALIBA, Maurício G.; SANTIAGO, Brunna R. Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v. 21, n. 21, p. 91-105, dez. 2016. Edição especial.

SAMPAIO, Thiago; LAZARIN, Maiara. *Os ciclos da popularidade presidencial: lua-de-mel, ressaca e período eleitoral*. Trabalho apresentado no 39º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu-MG, out. 2015 (GT-6 Comportamento Político e Opinião Pública).

VREESE, Claes H.; BOOMGAARDEN, Hajo G. Media Message Flows and Interpersonal Communication: The Conditional Nature of Effects on Public Opinion. *Communication Research*, vol. 33, n. 1, Fev. 2006.

WEBER, Maria Helena et al. Manifestações e votos ao *impeachment* de Dilma Rouseff na primeira página de jornais brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 13, n. 24, 2016.

ZALLER, John R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 13^o ed. 1992.

SITES ACESSADOS

http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2014/08/18/avaliacao_da_presidente_dilma.pdf

<http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2014/09/01/avaliacao-dilma.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2014/12/08/avaliacao-dilma.pdf>

<http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf>

http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2015/04/13/avaliacao_governo_dilma.pdf

<http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2015/06/22/avaliacao-dilma-intencao-de-voto-v2.pdf>

http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2015/08/06/avaliacao_dilma_a_gosto_2015.pdf

http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf

http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2016/02/29/avaliacao_dilma_rousseff.pdf

<http://media.folha.uol.com.br/data/olha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/presidencia-anuncia-saida-de-vargas-temer-fica-na-articulacao-politica.html>

<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/michelzaidan/190070/Sobre-a-crise-econ%C3%B4mica-e-pol%C3%ADtica-do-governo-Dilma.htm>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/ministro-vota-por-dar-prazo-de-30-dias-para-dilma-explicar-pedaladas.html>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>

<http://www.vanderbilt.edu/lapop/brasil.php>

Recebido em: 29 de junho de 2017
Aceito em: 04 de setembro de 2017

¹ Parte da análise conjuntural é fruto da dissertação de mestrado da autora intitulada “As estratégias persuasivas dos presidencialistas na corrida eleitoral de 2014 nas redes sociais” apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), defendida em junho/2016.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/presidencia-anuncia-saida-de-vargas-temer-fica-na-articulacao-politica.html>>.

³ O primeiro pedido de *impeachment* apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Pascoal foi protocolado junto à Câmara Federal em setembro de 2010. Todavia, após a comprovação de irregularidades nas contas do governo pelo TCU, em outubro de 2015, os juristas apresentaram um novo pedido, que anexava decretos presidenciais para comprovar o aumento das despesas do governo sem autorização do Congresso Nacional.

⁴ Embora a presidenta Dilma Rousseff tenha sido afastada em 12 de maio de 2016, os dados apresentados baseiam-se na pesquisa Datafolha de abril/2014, último mês antes de sua deposição.